

Artigos

Os desafios do professor da educação de jovens e adultos no século XXI: as pautas pertinentes para o fortalecimento dos diálogos nas redes públicas de ensino

Robélia Aragão da Costa¹

¹ Pedagogia – UNIBF.

✉ robeliaaragaoprofissional@gmail.com

Palavras-chave:

Educação de Jovens e Adultos.
Professor da EJA.
Formação do Professor da EJA.
Diálogos sobre a EJA.
A EJA no século XXI.

Resumo

O presente artigo tem como principal objetivo contribuir com os debates mobilizadores entre os professores e demais profissionais do Magistério das/nas escolas públicas junto aos entes federados e a sociedade civil a respeito dos desafios educacionais emanados da cotidianidade a serem considerados ao atuar na Educação de Jovens e Adultos no século XXI. O texto é apresentado na perspectiva de diálogos com autores, conceitos, prerrogativas, características e elucidações relacionadas à compreensão da modalidade EJA e a importância do fortalecimento da atuação do professor que nessa atua (Nóvoa, Haddad, Freire, Arroyo, Stecanela, Capucho). Uma pesquisa bibliográfica, sob a ótica da abordagem qualitativa, colaboradora para a reflexão em torno das pautas articuladas a serem desenvolvidas nas redes públicas de ensino em prol da democratização da EJA. Destaca-se que este foi apresentado como trabalho de conclusão do curso de Pós-graduação *Latu Sensu* – Especialização em Educação de Jovens e Adultos, da União Brasileira de Faculdade (UNIBF).

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo – **Os Desafios do Professor da Educação de Jovens e Adultos no século XXI: as pautas pertinentes para o fortalecimento dos diálogos nas redes públicas de ensino** – surgiu para atender as orientações de conclusão do curso de Pós-graduação *Latu Sensu* – *Especialização em Educação de Jovens e Adultos*, da União Brasileira de Faculdade (UNIBF), bem como, para contribuir com os debates mobilizadores entre os professores e demais profissionais do Magistério das/nas escolas públicas junto aos entes federados e a sociedade civil a respeito dos desafios educacionais emanados da cotidianidade a serem considerados no âmbito da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

A Educação Básica brasileira está distante da qualidade que nossos estudantes necessitam. E quando se fala da modalidade EJA os desafios para torná-la cumpridora de seu papel ficam mais acentuados diante de tantas lacunas nas políticas públicas e do frágil processo de compreensão sobre a sua relevância social e cultural. Cada profissional do Magistério envolvido nesse processo tem a responsabilidade para contribuir para a transformação desse cenário, especialmente, após um período pandêmico. O professor é um desses profissionais e, quiçá, um dos mais importantes para dá visibilidade aos desafios educacionais a fim de buscar alternativas para abordá-los junto aos representantes governamentais e da sociedade organizada.

Entretanto, para tornar esses desafios perceptíveis vinculando às redes de ensino, os estudos devem corroborar com a busca de apoio e suporte para o desempenho das atribuições desses profissionais nas escolas. Justifica-se, também, este estudo ante da escassez de pesquisas sobre as políticas públicas da EJA no Brasil, voltadas para a constituição identitária do professor dessa modalidade de ensino. Aproveitemos, então, a oportunidade para enfatizar o sentido social dessa pesquisa, pois versa com problematizações no âmbito da EJA, suscitadas ainda mais por conta da Pandemia da COVID-19¹. Para tanto, partiremos da seguinte problemática – **Quais os desafios vivenciados pelo professor da EJA nos contextos escolares neste século XXI?** Essa enriquecida por outros questionamentos, saber: **Como ele pode se fortalecer enquanto Professor da EJA, considerando este contexto atual?** Diante do exposto, objetivamos, de modo geral, refletir acerca dos desafios educacionais vivenciados pelos professores da EJA nos cotidianos escolares, e, especificamente: a) enumerar os principais desafios presentes nas rotinas escolares a serem considerados pelos professores da EJA; b) discutir as lacunas do processo formativo; c) contribuir apresentando algumas características profissionais para atuação na EJA.

As buscas por elucidações ao exposto mobilizam os diálogos com os autores, os dados e as informações, para fundamentar às reflexões, aproximando-os de alguma maneira as vivências e aos saberes dos profissionais atuantes na EJA, dentre esses, a própria autora². Para ilustrar, recorreremos aos fundamentos Nóvoa (2022), Haddad (2015), Stecanela (2015), Capucho (2012), Arroyo (2005), Freire (2002) e, como também a Constituição Federal (CF) de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e outros. Destaca-se que a metodologia utilizada é a da pesquisa bibliográfica, dada à especificidade dos estudos, não como mera repetição do que já publicado sobre o assunto, mas para propiciar outros olhares sob novo enfoque ou abordagem.

Lembremos que o professor é atuante no espaço escolar, principalmente na sala de aula, onde recebe e abarca um número significativo de demandas sociais além das curriculares, expressado pelos estudantes; e muitas vezes não está profissionalmente preparado para as reais necessidades deles. Logo, é interessante considerar os olhares e as vozes dos mesmos nos debates tocantes às políticas públicas direcionadas à modalidade.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A EJA precisa ser compreendida, especialmente, pelo professor atuante nas escolas públicas como uma modalidade de ensino vinculada a Educação Básica de natureza inclusiva, pois permite as pessoas jovens, adultas e idosas retornarem aos espaços e tempos institucionalizados a fim de estudarem. Essas pessoas não tiveram acesso aos estudos relacionados às etapas (ou algumas dessas) da Educação Básica na idade recomendada ou não os concluíram. Além disso, é primordial a sua defesa no rol das políticas públicas por meio de ações articuladas entre os entes federados e a sociedade civil, quando evidenciados os arranjos e compromissos em prol da sua efetuação. É inescusável a atenção dos agentes públicos/gestores para coadunar o planejamento da gestão pública com o direito à educação de jovens, adultos e idosos, conforme o disposto nos artigos 206 e 208 da Constituição Federal (CF) e o artigo 37 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em resumo, carece que as pautas em torno da EJA sejam estabelecidas com o compromisso legal e social, ainda mais, quando se parte do pressuposto de que o perfil dos alunos EJA está mudando em decorrência das fragilidades, por exemplo, da oferta regular da Educação Básica. Como resultado, essa precisa redirecionar a abordagem feita em torno do seu principal objetivo que é de incluir os jovens,

¹Causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, vem produzindo repercussões não apenas de ordem biomédica e epidemiológica em escala global, mas também impactos sociais, econômicos, políticos, culturais e históricos sem precedentes na história recente das epidemias. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/impactos-sociais-economicos-culturais-e-politicos-da-pandemia> Acesso: 31 jul. 2022.

² Experiência na EJA, especialmente, como professora e coordenadora pedagógica das redes públicas de ensino municipal de Nova Soure e estadual da Bahia. Pedagoga, Licenciada em Letras, Mestranda em Educação e integrante do Grupo de Pesquisa Observatório de Educação na Universidade de Caxias do Sul (UCS) – RS.

adultos e idosos que não tiveram acesso à educação escolar em idade própria. Considera-se, então, a base legal e a concepção da EJA. A LDB, na seção V - Da Educação de Jovens e Adultos, consoante à redação dada pela Lei n.º 13.632, de 2018, estabelece no Art. 37: A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamentais e médios na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida. Também, que,

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames. (BRASIL, 2020)

As questões conceituais relacionadas à “idade própria” e “idade regular” vêm sendo desconstruídas, ganhando força à referência ao conceito “educação ao longo da vida”, ou “aprendizagem ao longo da vida”, já trazidos no Parecer CNE/CEB n.º 3 de 15 de junho de 2010 no parágrafo 2.º. Além disso, esse parecer colaborou para a ampliação de esforços voltados para a ressignificação de outro conceito ao contemplar a diversidade de sujeitos aprendizes dessa modalidade da Educação Básica. Pessoas singulares, com narrativas de vida diversas.

A EJA é reconhecida como direito público subjetivo, portanto, necessária de fomento de debates e investimentos nas dimensões formativas e estruturais para o alcance da inclusão de todos ao direito a educação. Desdobra-se numa proposta pedagógica flexível, considerando os conhecimentos das experiências de vida dos jovens, adultos e idosos, associadas às vivências cotidianas individuais e coletivas, bem como ao universo do trabalho. Portanto, deve ser olhada sensivelmente pelos envolvidos, por se (re) aproximar de experiências vividas, das dores e alegrias, de conhecimentos e saberes constituídos ao longo da existência das pessoas nas diversas dimensões de suas vidas, que podem revisitar aspectos não apenas pedagógicos, mas também de natureza psicossocial. Ao mesmo tempo, pode se conectar com sonhos, expectativas e projetos de vida daqueles que integram o público da EJA. Assim sendo, aliando à explanação já feita aos desafios vivenciados pelo professor da EJA, bem como a necessidade de fortalecimento da atuação do mesmo, traremos esclarecimentos para o estabelecimento de pautas, verificando a precisão de intervenções, orientações e planejamento neste cenário contemporâneo e ainda afetado pela pandemia do novo coronavírus/COVID-19. Conforme pontua Nóvoa (2022), esses desafios foram impulsionados nos dois últimos anos, merecendo a atenção para não cristalizarmos o discurso diminutivo referente à escola pública, justificado pelas soluções imediatistas, consumistas e elitistas.

No início de 2020, o mundo foi surpreendido pela pandemia da COVID-19. De repente, o que era tido como impossível, transformou-se em poucos dias: diferentes espaços de aprendizagem, sobretudo em casa; diferentes horários de estudo e de trabalho; diferentes métodos pedagógicos, sobretudo através de ensino remoto; diferentes procedimentos de avaliação, etc. A necessidade impôs-se à inércia, ainda que com soluções frágeis e precárias (NÓVOA, 2022, p. 25).

A escola, inclusive a acolhedora da EJA, ainda parece perdida, distante e despropositada às circunstâncias desse momento desafiador, principiando, por meio de tomada de decisão sobre o seu currículo, a sua proposta pedagógica e das responsabilidades dos sujeitos que a integram, para sentir-se vivificada socialmente no século XXI.

2.1 Diálogos reflexivos

A referência aos desafios do professor da EJA no século XXI, apresentando-os como pautas pertinentes ao fortalecimento dos diálogos nas redes públicas de ensino, nos remete a concepção de que a proposta pedagógica respalda-se pelo dever do Estado de garantir a Educação Básica às pessoas jovens e adultas

e idosas, respeitadas a especificidade das características do seu tempo humano, as experiências e aos modos de vida próprios à juventude e à vida adulta. Ademais, ao um perfil diferenciado de professor que a compreenda em suas singularidades. Um professor dinâmico, sensível e aberto às possibilidades de trocas, que se sinta pertencente ao espaço-tempo de aprendizagem, movendo-se ao encontro do estudante da EJA por meio de atos e atitudes curriculares propícios à formação emancipatória. Essa formação pautada nos princípios da educação no que tange à diversidade inerente a concepção da EJA, como a pluralidade e a flexibilidade do acesso aos estudos, a permanência e a conclusão do percurso de escolarização, as especificidades das narrativas de vida e aos desafios em relação ao mundo do trabalho.

De certo, a EJA orienta-se pelos ideários da Educação Popular, cabendo correlacioná-la ao pensamento de Paulo Freire para defini-la e reforçar a defesa desse perfil de professor:

O conceito de Educação de Adultos vai se movendo na direção do de educação popular na medida em que a realidade começa a fazer algumas exigências à sensibilidade e à competência científica dos educadores e das educadoras. Uma destas exigências tem que ver com a compreensão crítica dos educadores do que vem ocorrendo na cotidianidade do meio popular. Não é possível a educadoras e educadores pensar apenas os procedimentos didáticos e os conteúdos a serem ensinados aos grupos populares. Os próprios conteúdos a serem ensinados não podem ser totalmente estranhos àquela cotidianidade. O que acontece, no meio popular, nas periferias das cidades, nos campos- trabalhadores urbanos e rurais reunindo-se para rezar ou para discutir seus direitos-, nada pode escapar à curiosidade arguta dos educadores envolvidos na prática da Educação Popular (FREIRE, 2001, p. 47)

Ao trabalhar com esses estudantes o planejamento curricular/pedagógico deve ser voltado para o contexto em que estão inseridos, contemplando as questões da contemporaneidade, incluindo as relacionadas à tecnologia e às fragilidades acentuadas pela pandemia. Dessa maneira, o professor trará contribuições para a compreensão da função social e cultural da proposta pedagógica, quando os planos de trabalho são situados no cotidiano deles. As aulas precisam ser dinâmicas (para além do conceito da ludicidade), assertivas e contextualizadas, conforme a realidade sempre que possível, de modo a promover a interação e a interatividade entre os estudantes-estudantes e professores-estudantes.

Nesse sentido, são impreteríveis as condições necessárias para o desenvolvimento da democratização e a efetividades das propostas curriculares /pedagógicas da EJA; os compromissos do Estado devem ser assumidos sob novas configurações de ações coletivas, as quais se instituirão a partir dos diálogos com os próprios estudantes e os professores da EJA. Sobre isso, trazemos a relevância da Resolução n.º 2, de 16 de agosto de 2021, a fim de fomentar esse diálogo nas redes de ensino, considerando a urgência de apoio às ações de democratização das relações de gestão e participantes das redes de ensino, incluindo os da EJA. Esse documento legal no artigo 5.º, parágrafo único, apregoa que:

O ADE favorece a efetivação de novas políticas educacionais, como a implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a reformulação do Ensino Médio, as Bases Nacionais Comuns para a Formação Inicial e para a Continuada, a Educação Integral, a Alfabetização na Idade Certa, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), a Educação Especial, que requerem competência técnica e articulação entre os entes federados, visando a sua efetivação como um direito educacional dos estudantes brasileiros. (BRASIL, 2021)

Objetiva-se, assim, contemplar nos debates, os estudantes da EJA, enquanto sujeitos de direito à educação pública de qualidade – as pessoas jovens, adultas e idosas. Que precisam ter professores fincados em práticas na seguridade dos direitos humanos, dentre esses, a educação, a partir de uma formação e prática pedagógica efetivada no marco da Educação em Direitos Humanos, visto que há uma

grande distância entre os direitos positivados e a realidade concreta das violações dos direitos humanos. (CAPUCHO, 2012, p. 63)

O acesso à educação de qualidade é uma das condições o empoderamento pessoal, social, cultural, econômico e social dessas pessoas. Sob o mesmo ponto de vista, uma formação de professor que ampliem os conhecimentos e saberes constituídos na formação inicial, também, promove o empoderamento da modalidade e dos perfis profissionais daqueles que nessa atua. Em contraste com isso, ainda vemos a incompreensão de que para ser professor da EJA não precisam de formações diferenciadas e ampliadas, em atendimento as peculiaridades do público. Segundo Capucho (2012, p. 68): “No bojo do enfrentamento, a compreensão de que para atuação na EJA não são necessários conhecimentos específicos; não identificados avanços na tentativa de configurá-la como campo específico de responsabilidade pública [...]”. Com efeito, estudos, como, Políticas e práticas de EJA em Caxias do Sul: dimensões históricas e culturais, de Nilda Stecanela, também apontam, conforme pontua Haddad (2015, p. 15):

[...] uma forte tendência ao distanciamento do modelo tradicional de atendimento, onde a EJA é identificada como reposição da escolaridade, tomando-se como espelho o ensino regular. Reconhecia-se que um novo conceito de EJA vinha sendo construído, tendo por base o perfil do jovem e do adulto que demandava escolaridade, bem como as suas necessidades de aprendizagem.

Essa consideração às necessidades de aprendizagem tem influenciado na definição de conteúdos e das práticas pedagógicas em muitos espaços de aprendizagem. Ademais a Resolução n.º 1, de 28 de maio de 2021, aproximando-as das necessidades de aprendizagem e das diretrizes em vigor no modo de operacionalizar a EJA por meio do sistema de ensino, do fazer uma escola resgatadora de tempo e oportunidades. Dentre as características da modalidade, no que tange ao currículo, as enfatizadas foram à flexibilidade nos tempos e espaços em que as práticas educativas podem ser desenvolvidas, assim como a revisitação aos conteúdos, conhecimentos e experiências e nas formas de avaliação para melhor à oferta com ênfase na Educação e Aprendizagem ao Longo da Vida. (BRASIL, 2021)

Por certo, as parcerias podem e devem ser feitas pelos/nos sistemas de ensino, desde que alicerçadas pela participação de estudantes, professores e profissionais do Magistério, governos e sociedade civil para o aprimoramento dos processos de democracias participativas. Nas palavras de Miguel Arroyo:

Teremos de inventar alternativas corajosas, assumindo que as formas como se cristalizou a garantia pública à educação não são estáticas. Podem e devem ser reinventadas... avançaremos se nos aproximarmos da história da EJA, reconhecendo essa história como parte da história da educação. Não negando, mas incorporando seu legado. Reinventando formas possíveis de garantir o direito à educação na especificidade das trajetórias vividas pelos setores populares. (ARROYO, 2005, p. 46)

É justamente sobre isso que este estudo procura mobilizar: valorizar a história da EJA, como parte da educação dos entes federados e das escolas, para entre o engatinhamento e outros passos iniciantes, perpassados pelas (des) continuidades, cuidemos das culturas e dos saberes dos estudantes, dos conhecimentos e dos saberes profissionais dos professores para a garantia do direito humano à EJA, incluindo as impressões e contribuições da coletividade.

3 METODOLOGIA

A metodologia adotada respeita os princípios da pesquisa científica presente no campo da educação, esteada na pesquisa bibliográfica, a partir de conhecimentos já estudados. Foi usada com um processo de investigação a fim de responder ou aprofundar as indagações. Bastos e Keller (1995) definem a pesquisa científica como uma investigação metódica acerca de um determinado assunto com o objetivo de esclarecer aspectos em estudos. As etapas seguidas incluíram o levantamento bibliográfico, o estudo,

registros e à escrita, decerto, para atender aos objetivos propostos e a construção de elucidações a partir da problematização, considerando o período de 2021/2022. Assim sendo, colabora com os processos educacionais relacionados à EJA, tendo em vista os desafios dos contextos emanados dos contextos escolares.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Aqui, apresentamos os desafios educacionais, articulando-os à urgência da operacionalização da EJA numa vertente democrática nos sistemas de ensino, visto que nem sempre os diálogos se dão de maneira acolhedora tanto entre as gestões dos entes federados quanto entre essas e os envolvidos, principalmente, os professores da modalidade. Também, associando-os à organização rigorosa e criteriosa (não autoritária) do planejamento das redes de ensino para, a depender da cenarização do público da EJA, organizar os editais de matrículas, sem perder de vista número de escolas e suas respectivas demandas, dentre as quais, o quadro de professores. Além disso, enleando-os às condições logísticas para o estudante chegar à escola. Por isso, o exposto pelo Anuário Brasileiro da Educação Básica (2021), em 2020, 47,9% das pessoas com 15 anos ou mais que não frequentavam a escola não concluíram o Ensino Médio, apesar haver três milhões de matrículas de EJA no Brasil naquele ano, sendo as regiões Nordeste e Sudeste as que possuem o maior número de matrículas nessa modalidade: 1,2 milhão e 938,9 mil, respectivamente.

Deve-se dar atenção aos desafios educacionais de promover novas possibilidades de ensino com a utilização de meios tecnológicos de informação e comunicação, sem desconsiderar a importância da presencialidade do professor, bem como, atender as novas necessidades e exigências para a formação de professores, por conseguinte, um repensar da distribuição do formato da carga horária, visto que temos diferentes formas de atender a EJA, para ilustrar - presencial, na modalidade Educação a Distância, etc., podendo ser organizada em regime semestral ou modular, em segmentos e etapas. Nesse sentido, e com as fragilidades mais expostas pela Pandemia, pensar e prover esta escola, os espaços e tempos da EJA, é um grande desafio. Conforme Nóvoa (2002, p. 57): “A escola parece perdida, inadaptada às circunstâncias do tempo presente, como se ainda não tivesse conseguido entrar no século XXI.” Por consequência, elencamos alguns dos principais desafios dos professores presentes nas rotinas escolares associando-os às lacunas do processo formativo e apresentando algumas características profissionais para atuação do professor na EJA. Eis, aqui:

a) **O ambiente e o espaço escolar** — Esses precisam ser vistos sob a ótica da modalidade articulada às demandas da contemporaneidade, que inclui as questões de tecnologia e interatividade na educação corroborando para a mobilização de conhecimentos e saberes. Escolas adequadas para o ensino regular, pensadas para um público que não é o da EJA, desde a disponibilização de equipamentos e instrumentos pedagógicos, mobiliários e a organização da rotina escolar. Planejar ações sem essas condições, finda comprometendo o trabalho pedagógico. Urge, repensá-los, tendo em vista a circularidade dos conhecimentos e saberes.

b) **O perfil do estudante da EJA** — Objetiva-se, assim, contemplar nos debates, os estudantes da EJA, enquanto sujeitos de direito à educação pública de qualidade — as pessoas jovens, adultas e idosas. Homens e as mulheres a lutar pela sobrevivência nos meios urbanos ou rurais nos labores informais, e alguns poucos formais, assalariados. Mulheres nas turmas para as quais não foram concedidas as oportunidades de estudar por conta de questões sexistas e preconceituosas. Também, a mudança do perfil desse estudante, o acesso de menores de 18 anos com o fenômeno da “juvenilização da EJA”, trazendo questões mais amplas que os recortes etários e étnicos. Pois muitos migram pela reprovação e o abandono no ensino dito regular.

Segundo a nota técnica “Taxas de atendimento escolar da população de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos”³, do Todos Pela Educação, com dados da PNAD Contínua/ IBGE do 2º trimestre de 2021, no caso dos jovens de 15 a 17 anos, em 2021 permaneceu a tendência de queda no percentual daqueles que estão fora da escola e não completaram o Ensino Médio, chegando em 4,4% no 2º trimestre deste ano. Ou seja, 407,4 mil jovens de 15 a 17 anos fora da escola, sem ter completado o Ensino Médio. No entanto, houve redução de 2020 para 2021 no percentual de jovens de 15 a 17 anos que estão matriculados no Ensino Médio Regular ou que já concluíram o Ensino Médio. Nesta situação estão em 2021, 74,9% dos jovens de 15 a 17 anos, frente a 77,0% em 2020. Isso evidencia que ao entrarmos numa turma de EJA devemos considerar a composição por pessoas distintas, manifestada por questões etária e étnica, assim como, por outras que envolvem o percurso educacional às vezes marcado por dificuldades sociais, frustrações, preconceitos, reprovações e abandonos.

Cabe aqui, o alerta de Miguel Arroyo (2015), os jovens-adultos populares não são acidentados ocasionais que abandonaram a escola, são pessoas que sofrem pela negação de direitos.

c) **O perfil e a formação do professor da EJA** — Existe uma problemática sobre isso, pois muitos não possuem formação para tal, nem afinidade, precarizando a prática da docência. A formação do professor deve contemplar os tempos da aprendizagem das vidas da juventude, adulta e idosa. A atuação nessa modalidade não pode ser vista apenas como mera distribuição da carga horária ou por interesse outro, e sim, com o comprometimento e o pertencimento à diversidade.

Frente às demandas do século XXI, a formação inicial do professor não assegura o preparo diferenciado dos diferentes públicos presentes em sala de aula, ficando a cargo, como desataca a Capucho (2012) a função continuada, a especialização, a prática cotidiana. Indubitavelmente, exige um professor também, sensível e comprometido, escutante e falante, ensinante e aprendiz, articulador e atualizado, de modo a criar um ambiente fértil para uma aprendizagem contextualizada e cheia de sentidos para si e os seus estudantes.

Para Freire (2001) qualquer que seja a prática de que participemos, exige de nós responsabilidade, esta implica, de um lado o cumprimento de deveres, noutro o exercício de direitos. Junta tudo isso à compreensão do perfil do aluno poderemos pensar com a qualidade a respeito do que será ensinado nas turmas da EJA.

d) **O currículo e a proposta pedagógica da EJA** — Urge um repensar acerca do currículo e da proposta pedagógica para superar a transposição resumida dos conteúdos apresentados às turmas do ensino regular por propostas flexíveis aos diferentes contextos, contempladoras de temas emergentes, bem como, de conteúdos de área e metodologias adequadas à diversidade que a EJA engloba. Urgência ratificada, principalmente, quando a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apenas a menciona, demonstrando o caminho que ainda temos a percorrer. Defende-se um estudo e a implementação de currículos com a profundidade necessária às funções reparadora, equalizadora, reparadora e qualificadora. Discursos vivos, não apenas reproduções teóricas usadas quando convém.

Salienta-se, então, o que diz Stecanela (2015) a experiência protagonizada na EJA revela um duplo sentido, a preocupação com a organização de um currículo significativo e a preparação baseada nos princípios freireanos. Assim, para dar conta desses múltiplos sentidos, a criticidade e a intencionalidade inclusiva deve imperar nas discussões em torno da tomada de decisão epistemológica que coadune com a EJA frente aos desafios da construção da autonomia, a preparação desses estudantes para o mercado

³ TODOS PELA EDUCAÇÃO. Nota Técnica: Taxas de Atendimento Escolar. Dez. 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/nota-tecnica-taxas-de-atendimento-escolar.pdf?utm_source=site&utm_id=nota. Acesso em: 27 jul. 2022

numa perspectiva humana e social. Propostas curriculares e pedagógicas que se aproximem dos estudantes, de modo a enfrentar o discurso recorrente que os mesmos não querem nada, não os conseguem avançar tal quais outros. Também, que considerem, inclusive, o acentuado pela pandemia, englobando as concepções de aprovação e reprovação e a busca de estratégias que trabalhem os déficits de aprendizagem dos estudantes deixados pelos hiatos dos processos educativos, até mesmo, nas turmas da própria EJA.

5 CONCLUSÃO

Concatenando-se às elucidações feitas até o momento, este estudo trouxe os desafios educacionais e dos professores por meio da proposta de debates mobilizadores entre os professores e demais profissionais do Magistério das/nas escolas públicas junto aos entes federados e a sociedade civil, reafirmando a importância da modalidade para a recuperação da cidadania e a dignidade de muitos cidadãos brasileiros por meio de ações coletivas e dialógicas. Ao estudante e ao professor dessa modalidade de ensino precisam ser asseguradas as condições para a efetividade de um currículo, de práticas e avaliações significativas. Por isso, não foram omissos os desafios, visto que as pautas dos debates precisam ser envoltas pelas características das realidades e pelas funções de reparação, equalização e qualificação. Aqui, cabe, o professor da EJA do século XXI requer o apoio e a valorização, mas também, tem de se permitir engajar nos movimentos das pautas referentes aos processos educacionais.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia; GOMES, Nilma Lino (Org.). **Diálogos na Educação de jovens e adultos**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

BASTOS, C. L.; KELLER, V. **Aprendendo a aprender**. Petrópolis: Vozes, 1995.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988.

BRASIL. **LDB**: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. – 4. ed. – Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2020. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 27 set. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 28 de maio de 2021**. Institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos nos aspectos relativos ao seu alinhamento à Política Nacional de Alfabetização (PNA) e à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e Educação de Jovens e Adultos a Distância. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=191091-rceb001-21&category_slug=junho-2021-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 27 set. 2021

BRASIL. **Resolução CNE/CEB nº 2, de 16 de agosto de 2021**. Dispõe sobre Diretrizes Operacionais para implementação do Arranjo de Desenvolvimento da Educação (ADE) como instrumento de gestão pública para a melhoria da qualidade social da educação. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=202771-rceb002-21&category_slug=agosto-2021-pdf&Itemid=30192 . Acesso em: 27 set. 2021

CAPUCHO, Vera. **Educação de jovens e adultos: prática pedagógica e fortalecimento da cidadania**. São Paulo: Cortez, 2012.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. São Paulo, Cortez, 2001.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo, SP: Atlas, 2002.

HADDAD, Sérgio. Prefácio. *In*: STECANELA, Nilda. **Políticas e práticas da EJA em Caxias do Sul**: dimensões históricas e culturais. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo, SP: Atlas 2003.

NÓVOA, António. **Escolas e professores proteger, transformar, valorizar**/António Nóvoa, colaboração de Yara Alvim. - Salvador: SEC/IAT, 2022.116p.

STECANELA, Nilda. **Políticas e práticas da EJA em Caxias do Sul**: dimensões históricas e culturais. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Nota Técnica: Taxas de Atendimento Escolar**. Dez. 2021. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2021/12/nota-tecnica-taxas-de-atendimento-escolar.pdf?utm_source=site&utm_id=nota. Acesso em: 27 jul. 2022.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica, 2021**. São Paulo: Moderna, 2021. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/anuario-educacao-basica/2021/expediente-creditos-e-fontes.html>. Acesso em: 26 mai. 2022.